

COLEÇÕES E SISTEMAS CLASSIFICATÓRIOS: REFLETINDO SOBRE A CATEGORIA "HOLOCAUSTO"

Kátia Lerner

Cientista social, mestre em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ e doutoranda no Programa de Pós Graduação de Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ

Resumo: Tomando como ponto de partida a experiência da Fundação Shoah, este artigo busca problematizar o processo de colecionamento enfatizando como esta atividade compreende diferentes momentos de classificação dos objetos colecionados. Para tal, detém-se no primeiro estágio deste processo, ou seja, nos múltiplos sentidos atribuídos à categoria "H/holocausto" antes de ser apropriada por esta organização, enfocando suas variações ao longo das décadas e o campo de disputas que se formou em torno dela.

Abstract: The Shoah Foundation is the starting point to reflect about the idea of "collection" under a theoretical approach. One of the issues raised is that the collecting activity involves different classificatory stages. This article aims to reflect about the first stage regarding this particular organization, which involves the different meanings the term "H/holocaust" acquired in the last decades and the competing field around it.

Palavras-chave: coleções; sistemas classificatórios; Holocausto

Desde 1999 venho realizando uma pesquisa sobre a experiência de colecionamento realizada por uma organização americana chamada *Fundação da História Visual dos Sobreviventes do Holocausto* (ou Fundação Shoah, como é conhecida). Trata-se de uma organização sem fins lucrativos cujo objetivo central é, como aponta o seu nome, coletar depoimentos de sobreviventes do Holocausto. Sua origem é associada ao período em que Steven Spielberg estava realizando o filme *A Lista de Schindler* (1992) onde, segundo consta no material desta instituição, o contato com os sobreviventes durante a fase de produção teria motivado o cineasta à criação de uma organização que registrasse suas experiências na Segunda Guerra Mundial. Ainda que seu alvo preferencial sejam os sobreviventes judeus, posteriormente também foram realizadas entrevistas com outros grupos perseguidos como ciganos, homossexuais, Testemunhas de Jeová e prisioneiros políticos, assim como pessoas que ajudaram a salvar estes grupos e os membros dos exércitos aliados que "libertaram" os campos de concentração no final da guerra.

A análise sobre esta experiência me fez refletir sobre a prática em si de colecionamento, implicando no entendimento mais amplo do processo de constituição deste conjunto de objetos, que envolvia diferentes "mediações": "as

formas de aquisição destes artefatos, o contexto social e cultural em que foram adquiridos, sua transferência para coleções privadas e museus, sua reclassificação e, não menos importante, suas formas de exposição e os processos visuais que tornam possível sua recepção por parte dos espectadores" (GONÇALVES, 1999: 27).

Esta idéia inicial já de saída remetia a questões conceituais importantes sobre esta prática. A primeira delas era que o objeto não existe "em si", mas ele *torna-se objeto*. Um cocar, por exemplo, não é um objeto de museu a priori, ele é um objeto (nós o consideramos) que está imerso em uma rede de relações de outra natureza e é retirado permanente ou temporariamente de seu circuito utilitário ou econômico e colocado para exibição (POMIAN, 1987: 53) por qualquer um que seja investido da autoridade de "coleccionador"; só aí ele passa a se constituir enquanto peça museológica.

Neste sentido é mister observar o contexto no qual as coleções foram produzidas, levando em conta as noções de belo, cultura e autenticidade que estão em jogo (CLIFFORD). Isto se justifica, pois o processo de transformação do objeto e suas sucessivas reclassificações ocorrem em meio a um sistema ramificado de símbolos e valores que por sua vez são também mutantes; em outras palavras, as coleções não apenas criam novas taxonomias mas elas o fazem em diálogo com sistemas classificatórios nos quais estão imersas, formulados em outras instituições, grupos e assim por diante. Assim, o objeto possui uma história, uma trajetória que se inicia antes mesmo de adquirir certo estatuto dentro da coleção e que se traça em diálogo com um contexto mais amplo.

Tomando a Fundação Shoah como unidade empírica de estudo, uma pergunta se impunha: qual exatamente se constituía seu objeto? Esta pesquisa considera que este consistia nas experiências de vida – organizadas em torno da vivência da guerra – de "sobreviventes do Holocausto" que foram cristalizadas nas "entrevistas" concedidas a esta instituição. Embora esta experiência já tivesse sido formulada em diversos contextos, de diversas maneiras, subsistisse em sua memória de forma dispersa, no momento em que a pessoa era solicitada ou se dispunha a "contar sua estória", esta narrativa sofria um processo de institucionalização e virava um "objeto" a ser exibido posteriormente em museus e organizações afins.

Tendo como ponto de partida a idéia central acerca dos sucessivos processos reclassificatórios dos objetos de uma coleção, teremos como objetivo neste artigo fazer uma reflexão sobre os processos que *antecedem* a construção do objeto da Fundação Shoah. Esta preocupação se justifica na medida em que o surgimento da "entrevista com sobreviventes" foi precedido pelo surgimento das categorias que ela engloba, como "Holocausto" e "sobrevivente", e está ligado aos contextos e modos de formulação das memórias da Segunda Guerra Mundial. Como veremos, durante algum tempo estes próprios termos não existiam, ou não eram utilizados tal como o fazemos. Assim, o primeiro passo para se entender a organização estudada é acompanhar o delineamento das categorias-chave antes

mesmo de elas terem sido utilizadas pela instituição, pois esta trajetória influenciará sobremaneira a discussão sobre a nossa unidade de estudo. Infelizmente foge ao alcance deste artigo uma análise profunda das categorias criadas e utilizadas pela Fundação Shoah, portanto vamos nos concentrar apenas neste momento precedente.

Algumas representações da categoria "H/holocausto"

A origem do termo "holocausto" é atribuída por vários autores à raiz grega *holokauston*, que significa originalmente "sacrifício consumido em chamas". Entretanto, as condições de disseminação deste termo nos séculos posteriores situam-se em meio a um debate entre historiadores. Uriel Tal, em apêndice a um artigo para a revista *Holocaust and Genocide*, afirma que a palavra "holocausto" aparece em I Samuel VII:9, na frase: "*Ola Kalil la-Shem*" ("oferenda totalmente consumida em chamas sacrificada ao Senhor"); "holocausto" seria a tradução do termo "*olah*" (TAL, 1979:46). Michael Marrus traz uma explicação semelhante, e diz que a palavra *holokaustos* vem de uma tradução grega do Antigo Testamento realizada no século III d.C.; Marrus aponta o mesmo significado: "oferta sacrificial queimada dedicada *exclusivamente* a Deus" (MARRUS, 1987:3, grifo do autor). Ambos os autores assinalam que as conotações sacrificiais judaico-cristãs originais teriam perdurado nos sentidos posteriores deste termo.

Jon Petrie, em seu artigo "The secular Word 'Holocaust': Scholarly Sacralization, Twentieth Century Meanings", nega de forma enfática esta associação defendida por diversos *scholars* (entre eles cita Tal e Marrus) e reitera o caráter secular de seu uso. Ele afirma que a despeito de uma possível origem associada ao significado religioso, sua difusão foi eminentemente secular. Petrie alega que todas as principais bíblias protestantes e judaicas de língua inglesa dos últimos séculos traduziram *olah* diretamente como "oferendas consumidas em chamas" (ou outra expressão similar), mas não utilizaram o termo "H/holocausto".

Petrie assinala que seu uso ocorreu muito antes da Segunda Guerra Mundial e vinha aplicado a uma ampla gama de situações. Em uma pesquisa sobre os títulos de artigos da *American Historical Review* publicados entre 1895-1944, Petrie identificou aqueles que continham o termo "H/holocausto". Os exemplos citados pelo autor evidenciam que de fato não há conotações religiosas, mas o sentido de "catástrofe" (natural ou provocada pelo homem), "massacre", "guerra", "morte de grande quantidade de pessoas" (PETRIE, 1999: 5). Petrie diz que há vários registros entre 1200 a 1949 onde o termo "H/holocausto" é utilizado em um sentido mais próximo ao que utilizamos hoje, de "perseguição e morte de judeus". Estes exemplos vão desde textos latinos (*The chronicle of Richard of Devizes*, ed. J. T. Appelby, 1963; *Chronicle of the Crusades*, 1848 [traduzido do latim]), passando pelo *Jewish Chronicle* [London] em um editorial de 1919, que denunciava a morte de judeus na Ucrânia, referências à Noite de Cristal, em 1938, e nos discursos de Chaim Weizman de 1942, quando o líder sionista já começa a "denunciar" "*a time of great tragedy for our people... for those who will survive this holocaust... [we] must go forward*" (PETRIE, 1999).

O esforço de nomeação dos episódios ocorridos na Europa durante a guerra começa a ser feito de forma mais sistemática já na década de 40. Na então Palestina este evento era designado por dois termos hebraicos: "*churban*" e "*shoah*" (TAL, 1987). "*Churban*" foi uma das primeiras designações surgidas e sua utilização original era relativa a "tragédias" da história do Povo Judeu, como por exemplo a destruição do Primeiro e Segundo Templos e a Revolta de Bar Kochba. Era também usado em sua versão similar íídiche, "*churbn*".

Embora utilizado com frequência, este termo foi paulatinamente sendo rechaçado pelos líderes sionistas trabalhistas devido a suas implicações religiosas e à idéia de continuidade que ele implicava. Evitando a idéia de um "terceiro *churban*" (provável referência à destruição dos templos), inserido em uma sucessão de eventos explicados pelo esquema divino de pecado e retribuição, utilizavam preferencialmente o termo "*shoah*", enfatizando a idéia de que se tratava de algo completamente novo e incomparável na história dos judeus.

Segundo Tal, um dos primeiros relatos desta utilização remonta à organização em 1940 de uma coletânea intitulada *Sho'at Yehudei Polin (O Holocausto dos judeus da Polônia)*, realizado por judeus europeus que fugiram de seu continente com o objetivo de denunciar o que estava ocorrendo neste local. O uso desta categoria se intensificou nos anos seguintes em conferências e eventos sobre o tema. Embora a palavra "*shoah*", retirada da narrativa bíblica, viesse originalmente associada à idéia de "pecado e punição divina", Uriel Tal assinala que no hebraico moderno este termo perdeu seu conteúdo bíblico e teológico e adquiriu o sentido de "dúvida metafísica", "reconsideração sobre a validade das faculdades racionais do homem" e "indulgência pessoal no desespero".

Esta utilização foi se difundido especialmente a partir de 1943, cada vez mais enfatizando o caráter particularista deste evento. Tal tendência foi reforçada com a criação, em 1953, do Instituto Yad Vashem em Israel, que rapidamente tornou-se uma referência mundial. Dedicado a estudar a perseguição e assassinato dos judeus pelo nazismo, este instituto teve um importante papel no sentido de institucionalização da memória deste evento e, entre outras coisas, consagrou determinadas visões e categorias, como o uso do termo H/holocausto em inglês. A partir destas publicações (especialmente nos anos 60) a palavra inglesa "*holocaust*" passou a ser constantemente escrita com letra maiúscula, como estratégia de distinção deste evento frente aos demais, não apenas na história do povo judeu como também na história mundial.

O contexto americano

Se as representações sobre a guerra na então Palestina e entre grupos judeus oriundos da Europa eram feitas prioritariamente a partir de uma perspectiva particularista, étnica, onde a grande questão era como enquadrar este acontecimento na série de eventos do povo judeu (trata-se de uma continuidade ou ruptura? É possível inferir questões de fundo religioso?), o mesmo não ocorria no contexto americano.

Peter Novick, em seu livro *The Holocaust in American Life* (2000) traz informações bastante interessantes a este respeito. O autor demonstra que tanto no período da Segunda Guerra Mundial como no imediato pós-guerra o "Holocausto" (tal como falamos hoje, associado à idéia de "extermínio de seis milhões de judeus na Europa pela política nazista") não apenas não tinha destaque na vida americana como mal era percebido como um evento singular, uma entidade distintiva. Ele situava-se em meio a uma guerra global que havia assassinado entre 50 a 60 milhões de pessoas. Neste contexto o termo "H/holocausto" não era muito utilizado e seus significados variavam desde "catástrofe nuclear", passando por "massacres" e "desastres" de diferentes tipos até o assassinato em massa de judeus pelos nazistas. Seu uso era em geral feito com letra minúscula.

Uma das principais categorias que descrevia os eventos da Europa era "atrocidades" ("*atrocities*"), e vinha associada à idéia de "inumanidade do homem contra o homem" (ALEXANDER, 2001:3). Os primeiros relatos americanos sobre estas "atrocidades" não mencionavam os nazistas e muito menos os judeus, mas referiam-se ao "brutal tratamento dado pelo exército japonês aos prisioneiros de guerra americanos e aliados", como demonstra um relatório de 1943. Isto pode ser entendido uma vez se tenha em mente que a percepção americana sobre a guerra situava-se prioritariamente sob a perspectiva dos ataques a Pearl Harbor; os japoneses constituíam-se os grandes inimigos e os americanos atacados, as grandes vítimas.

A Europa somente tomaria a cena principal no final da guerra, com o desembarque na Normandia. Neste momento os campos de concentração passaram a ser o símbolo mais comum do regime inimigo, mas ainda assim seu prisioneiro arquetípico era representado pelo dissidente político ou o membro da resistência, vítimas que haviam se oposto ao regime com "bravura". Com o final da guerra e a abertura dos campos, os jornais americanos descreviam os prisioneiros em termos universalistas, ou seja, como "*political prisoners, slave laborers and civilians of many nationalities*".

Antes do final da guerra as notícias que chegavam sobre assassinatos em massa de judeus eram encaradas como "pânico moral judaico" (ALEXANDER, 2001: 4) e não eram levadas a sério. Após a abertura dos campos e a constatação da veracidade daquelas informações reconheceu-se a presença dos judeus como um dos grupos atingidos pela política nazista; entretanto eles figuravam como um entre vários de uma extensa lista. Não havia neste momento nem a referência a este evento como "O Holocausto" nem tampouco a designação "oficial" dos judeus enquanto "sobreviventes do Holocausto". Os termos em geral associados a este grupo (visto, como foi dito, em meio a um grupo mais amplo) eram "prisioneiros libertados", "refugiados de guerra", "pessoas deslocadas", ainda que já eventualmente se fizesse referência à idéia de "sobreviver à guerra". Entre os judeus, falava-se de "desastre" ou da "recente catástrofe judaica".

Quando havia alguma forma de referência distintiva aos judeus esta era em geral cercada de atributos negativos, caracterizando-os como "vítimas passivas" e

outras representações pouco lisonjeiras. Segundo esta visão, quem havia conseguido sobreviver era a "escória da sociedade": os ladrões, os "durões" (sendo esta força vista de forma pejorativa: "rudeza" contraposta a "refinamento", "poder aquisitivo"), os de "instinto animal". Seu caráter moral estava em jogo não apenas pela sua posição social, mas por seus atos: se haviam conseguido passar pela guerra isto se devia a algum ato "vergonhoso", seja por roubo ou principalmente devido a "*shameful acts of collaboration*". Este sentimento de estranheza e dubiedade se manifestava também na sua própria condição: havia uma profunda identificação e mistura dos "*sobreviventes*" com aqueles que efetivamente haviam morrido: eram "mortos vivos", seres ambíguos situados entre duas dimensões, e como tal "afletivos", como demonstram as suas descrições enquanto "*walking corpses*", "*the living dead*", "*human wreckage*" (NOVICK, 2000:68).

Seria importante contextualizar a falta de escuta e a marginalidade deste grupo em meio a uma perspectiva mais ampla, ligada tanto ao contexto político americano mais imediato como também à sua concepção de nacionalidade vigente. De parte da sociedade mais ampla, a luta deflagrada pela Segunda Guerra foi interpretada de forma universalista, como uma "luta contra o totalitarismo", entidade do "Mal" que a princípio era projetada no nacional-socialismo; esta perspectiva se manteve no pós-guerra, especialmente durante a Guerra Fria, onde a fonte do "Mal" foi deslocada para o comunismo (cujo combate era apresentado como desdobramento da guerra anterior). Cabe ainda lembrar que neste novo realinhamento a Alemanha Ocidental havia se transformado de inimiga para uma importante aliada, e esta desvinculação poupava um certo constrangimento diplomático e deixava de fornecer munição ao novo "inimigo".

Este novo momento contribuiu para manter a marginalização dos sobreviventes no imaginário da sociedade americana, sustentando a tendência de se definir as vítimas em termos políticos e não étnicos. A "vítima preferencial" continuava sendo os dissidentes políticos (agora do novo regime combatido), o que proporcionava o eixo de continuidade entre a idéia de opressão.

Um outro elemento importante para se compreender esta perspectiva universalista situava-se no que Novick chama de visão integracionista da sociedade americana. O nacionalismo americano, muito distinto do que ocorreu a partir dos anos 70, baseava-se na idéia de uma nação que valorizava o que havia de comum entre seus cidadãos, do que os unia enquanto *americanos*. Não é por acaso que a leitura predominante de boa parte dos judeus sobre o Holocausto era baseada em sua perspectiva "universal", tendo como símbolo Anne Frank, cujo diário narra o drama de uma menina com quem qualquer um poderia se identificar (MINTZ, 2000). Assim, viam este evento histórico como outros americanos quaisquer, não tendo as perspectivas particularistas uma repercussão mais significativa seja entre eles ou no restante da sociedade. Até porque, mesmo se assim o percebiam, não o manifestavam publicamente, no intuito de integrarem-se à sociedade americana e serem com ela identificados.

Diversos autores (LINENTHAL, 1999; NOVICK, 2000; WIEVIORKA, 2000; MINTZ, 2001) apontam que a visão da sociedade americana sobre o Holocausto e os sobreviventes permaneceu inalterada até início dos anos 60, quando alguns eventos importantes tais como o Julgamento de Eichmann (1961-2) e os conflitos no Oriente Médio (especialmente a "Guerra dos Seis Dias", em 1967 e a "Guerra do Yom Kippur", em 1973) contribuíram para o início de uma lenta transformação nesta perspectiva.

Cabe nos determos mais detalhadamente no caso do Julgamento de Adolf Eichman. Embora este evento não tenha trazido nenhuma grande novidade em termos de dados concretos sobre o conflito, ele trouxe a guerra de volta para a discussão pública. Durante meses a televisão americana abordou o tema, que veio acompanhado de intensos debates tanto na TV como no jornal impresso; é desta época a famosa série de artigos escrita por Hanna Arendt para o jornal *New Yorker*, que foi publicada sob forma de livro em 1963 (*Eichmann em Jerusalém*). Questões sobre a legitimidade da forma como Eichmann foi capturado, críticas acerca do caráter performático do julgamento e dúvidas em relação a sua efetividade enquanto justiça eram alguns dos pontos discutidos, além do próprio Estado de Israel.

Entretanto não era apenas uma questão de visibilidade, mas havia uma releitura na antiga perspectiva. Este evento foi um dos primeiros esforços públicos de conceituar o Holocausto como um capítulo à parte, diferente das demais narrativas sobre a Segunda Guerra Mundial ou o Terceiro Reich, e definido como um evento centrado no extermínio dos judeus europeus (SHANDLER, 1999: 84). Houve por parte da promotoria a utilização de depoimentos de sobreviventes judeus como recurso moral de condenação (diferente do que ocorreu nos Tribunais de Nuremberg, quando poucos foram ouvidos), transformando-os em peças-chave do julgamento, que teria tido um forte impacto em termos de mudança de seu estatuto social. Trata-se portanto de um duplo fenômeno: a transformação de uma visão sobre os judeus que passaram pela guerra, aliada a uma extrema visibilidade que eles adquirem neste momento.

Entretanto, estes eventos eram acompanhados de questões importantes no contexto americano que auxiliam no entendimento desta mudança de perspectiva. Os anos 70 foram palco de uma redefinição destes parâmetros a partir de uma nova lógica, onde começa a vigorar uma visão particularista da nação, pensada agora em termos do multiculturalismo. Ser americano passa então a implicar em uma distinção cultural específica, o que os termos da "identidade hifenada" sugerem: *African-Americans*, *Japanese-Americans*, *Chinese-Americans* – e, embora não seja um termo tão comum, os "*Jewish-Americans*".

Assim os grupos étnicos passam a não apenas valorizar suas especificidades como buscam tematizá-las no espaço público. Esta nova perspectiva se reflete, por exemplo, nos programas exibidos na televisão americana. Em 1977 é lançada a minissérie *Raízes*, baseada na obra de Alex Haley e exibida pela ABC, que narra a saga de uma família afro-americana ao longo de cinco gerações. No ano

seguinte vai ao ar a série *Holocaust: the story of the Family Weiss*, exibida pela NBC de 16 a 19 de abril de 1978, com cerca de 120 milhões de espectadores em todo país (SHANDLER, 1999: 155).

Não é coincidência portanto que as transformações nas políticas de identidade na sociedade americana afetem a representação sobre a guerra, onde esta emerge de modo particularizado. A imagem universal de Anne Frank foi substituída pela de Elie Wiesel, que enfatiza a dimensão particular e étnica deste evento. Neste sentido Wiesel teve um importante papel na difusão deste termo, e a repercussão gerada pela publicação de seus livros fez parte de sua progressiva transformação em referência da dimensão "judaica" do assassinato realizado pelos nazistas. Ele assim passa a integrar a comissão criada pelo então presidente Jimmy Carter em 1979 para a criação do que depois se transformou no *United States Holocaust Memorial Museum*, o museu federal situado em Washington, DC, inaugurado em 1993; sua participação acabou lhe proporcionando uma indicação (e vitória) para o prêmio Nobel de literatura em 1986.

Observamos assim como as representações da categoria "H/holocausto" na sociedade americana apontam para um duplo fenômeno: de um lado este termo vira referência nacional, acima de qualquer grupo, onde o nazismo transforma-se na inequívoca encarnação do "Mal" e representa a antítese dos valores democráticos americanos e, por outro, há cada vez mais uma associação deste termo com uma dimensão particularista, onde o Holocausto passa a adquirir a conotação que hoje conhecemos, com sua associação étnica. Neste sentido o *sobrevivente* emerge pensado não só como aquele que passou pela guerra, mas como o judeu que sofreu o nazismo.

Esta associação étnica e a nova conotação positiva recém adquirida podem também ser pensadas a partir de uma outra perspectiva, ligada à mudança da idéia de "vítima". Peter Novick destaca bem a transformação deste conceito na cultura americana contemporânea:

There has been a change in the attitude toward victimhood from a status all but universally shunned and despised to one often eagerly embraced. On the individual level, the cultural icon of the strong, silent hero is replaced by the vulnerable and verbose antihero. Stoicism is replaced as a prime value by sensitivity. Instead of enduring in silence, one lets it all hang out. The voicing of pain and outrage is alleged to be "empowering" as well as therapeutic. Transformations on the individual level are mirrored at the level of the group. The historian Charles Maier of Harvard, with perhaps a little exaggeration, has described modern American politics as "a competition for enshrining grievances. Every group claims its share of public honor and public funds by pressing disabilities and injustices. National public life becomes the settlement of a collective malpractice suit in which all citizens are patients and physicians simultaneously" (NOVICK, 2000:8)

A partir dos anos 80 vemos surgir um novo olhar sobre os sobreviventes que, ao contrário do que ocorreu no pós-guerra, emergem não apenas como um grupo

com identidade distintiva (separados das demais vítimas não judaicas e dos judeus que pereceram na guerra), mas revestidos de conotações positivadas: são seres "corajosos", "professores de tolerância", exemplos a serem seguidos. Seu "sofrimento", categoria chave de percepção deste grupo e outrora principal motivo de horror, passa a ser visto como "força", fonte de "aprendizado" e "bravura".

Será neste contexto (após o final dos anos 70) que observaremos a emergência de grande parte das organizações de Holocausto, seja criada por sobreviventes, seus descendentes ou judeus de outra geração, como é o caso da Fundação Shoah na década de 90. Neste novo cenário observa-se que as categorias "Holocausto" e "sobrevivente" estão plenamente consolidadas, processo para o qual historiadores, museus e organizações de memória afins têm um papel fundamental, na medida em que estes são espaços por excelência de estabilização de categorias. É justamente porque o sobrevivente passa a existir enquanto ator social distintivo – que inclusive carrega um nome, "sobrevivente" – que é legitimamente reconhecido como alguém a quem devemos respeito, cuja experiência tem algo a nos ensinar, que uma organização como a Fundação Shoah pode surgir.

Cabe entretanto ter em mente que o contexto de surgimento destas categorias traz consigo uma dimensão complementar, onde elas passam a ser alvo de um ferrenho campo de disputas. Estas envolvem a negação deste conjunto de idéias que aos poucos vai se consolidando, como por exemplo expressam os ideais dos chamados "revisionistas" ou "negacionistas", que pleiteiam que o Holocausto não teria sido "assim como contam" (alegam que os campos de concentração não teriam exterminado judeus, que o número de mortos judeus no conflito teria sido infinitamente menor, entre outras coisas; um de seus representantes mais conhecidos é Robert Faurisson). Além destas discordâncias grosseiras há um debate mais sério em termos de "quem pode ser considerado vítima do Holocausto" (judeus, ciganos, Testemunhas de Jeová, os poloneses, ucranianos, etc.), qual o início deste período (1933, ascensão de Hitler, 1939, eclosão da Segunda Guerra Mundial, 1942, ano de decisão da Solução Final), entre outros pontos.

Vários são os exemplos, mas vale mencionar a polêmica ocorrida por ocasião do planejamento do *United States Holocaust Memorial Museum*, em Washington, DC, onde desde o início dos trabalhos da comissão a definição sobre as "vítimas" do Holocausto foi alvo de disputa, o que influenciou na composição da própria comissão. A possibilidade de incluir descendentes de poloneses e ucranianos levantou uma enorme insatisfação entre judeus (pois muitos identificavam nestes grupos ativos colaboradores da política nazista contra os judeus nos países ocupados) e após muito debate a composição final foi de $\frac{3}{4}$ dos membros de origem judaica, trinta e um do Nordeste americano, havendo dez mulheres, dois negros, dois de ascendência polonesa, um ucraniano e um esloveno (LINENTHAL, 1999: 46). Esta e outras questões colocavam as indagações antes apontadas: quem poderia ser considerado "vítima"? Como representá-las no museu? Quantas eram, seis ou onze milhões (ou seja, o número aproximado de

judeus mortos ou o número que incluía outras vítimas tais como ciganos, homossexuais, Testemunhas de Jeová etc.)?

Um outro exemplo de disputa sobre esta categoria é o embate entre judeus e negros nos EUA. Neste caso o que estava em jogo não era exatamente a definição referente ao contexto da guerra, mas ao uso deste termo que, nos últimos anos, veio acumulando um fortíssimo capital simbólico para designar "vítimas legítimas". Assim, negros americanos passaram a pleitear o direito de se referirem à escravidão como um "genocídio", "*a Black Holocaust*". O museu *Charles H. Wright Museum of African American History*, aberto em 1997 em Detroit, ilustra esta demanda em sua exibição permanente, que sutilmente compara a escravidão africana ao Holocausto nazista contra os judeus. Um dos modelos (um navio negreiro) vem acompanhado de uma placa de explicação que diz:

The model was made by Dr. Robert Bland, of Detroit, with wood from a mahogany chest that had been passed on by generations of his family for over 100 years. Mr. and Mrs. Michael Bennett, sailmakers of Jewish descent, contributed sail canvas, as old as the wood, that had been kept over the years in their own family. The model, made from heirlooms of two families, each with the memory of a holocaust of its people, exemplifies the possibilities of healing. (APEL,2002: 35)

Estas questões levantadas são úteis para evidenciar as múltiplas e sucessivas reclassificações que os termos "Holocausto", "sobreviventes" e seus variantes vêm assumindo nas últimas décadas e trazer um mapeamento do estoque de categorias a partir do qual opera a organização estudada (que lida tanto com as definições "afirmativas" do Holocausto como com as que as "negam"). É importante ressaltar que as transformações aqui apontadas não implicam em um processo linear, de substituição de antigas categorias por novas. As discussões que elas despertam vêm permeando as últimas décadas com respostas diferenciadas, e constituem, como foi dito, um campo em disputa. O que é importante enfatizar é que, ao analisá-las, tenhamos sempre em mente o seu caráter histórico e construído, o que nos auxiliará a compreender melhor a partir de que terreno se constituiu a Fundação Shoah e que novos sentidos foram atribuídos a estes termos.

Referências bibliográficas:

ALEXANDER, Jeffrey C. (2001). *On the Social Construction of Moral Universals: The 'Holocaust' from War Crime to Trauma Drama*, mimeo

APEL, Dora (2002). *Memory effects*. New Brunswick, New Jersey and London. Rutgers University Press

CLIFFORD, James (1994). "Colecionando arte e cultura" In: *Revista do Patrimônio*, no. 23

- GONÇALVES, José Reginaldo (2001). "Coleções, museus e teorias antropológicas: reflexões sobre conhecimento etnográfico e visualidade" In: *Cadernos de Antropologia Visual*, 8
- GUTMAN, Israel (org.) (1990). *Encyclopedia of the Holocaust*. Nova York: Macmillan
- LINENTHAL, Edward T. (1995). *Preserving memory*. The struggle to create America's Holocaust Museum. Sabon, Penguin Books
- MARRUS, Michael R. (1989). *The Holocaust in history*. New York: Penguin Books
- MINTZ, Alan (2001). *Popular Culture and the Shaping of Holocaust Memory in America*. Seattle and London: University of Washington Press
- NOVICK, Peter (2000). *The Holocaust in American life*. Boston/New York: Mariner Books
- PETRIE, Jon (1999). *The Secular Word "HOLOCAUST": Scholarly Sacralization, Twentieth Century Meanings* - versão virtual do artigo publicado sob o título "The secular word HOLOCAUST: scholarly myths, history, and 20th century meanings", in *Journal of Genocide Research* 2:1 (2000), 31-63
- POMIAN, Krzysztof. (1987) "Coleção" In: *Enciclopédia Einaudi*
- SHANDLER, Jeffrey (1999). *While America watches*. New York/Oxford: Oxford University Press
- WIEVIORKA, Annette (2000). "From survivor to witness: voices from the Shoah", in: WINTER, Jay & SIVAN, Emmanuel (eds.). *War and Remembrance in the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press

Notas

¹ O nome original em inglês é *Survivors of the Shoah Visual History Foundation*, ou *Shoah Foundation*, como é conhecida. *Shoah* é o termo utilizado para designar *Holocausto* em hebraico

² A Fundação considera *sobrevivente* quem esteve em campo de concentração, trabalho ou trânsito, gueto, lutou na resistência como *partisan*, esteve escondido, usou documentos falsos ocultando sua condição de judeu, escapou de alguma experiência de massacre ou esteve em algum país da Europa ocupado pela Alemanha nazista durante o período de 1933 a 45, tendo sua vida radicalmente mudada por este fato

³ As entrevistas são gravadas em vídeo e foram realizadas com *sobreviventes* que moram em diversas partes do mundo, implicando no estabelecimento de escritórios regionais em 57 países. O objetivo original era disponibilizar este material em diversos museus no mundo inteiro; até agora trechos dos depoimentos já estão em exibição em Nova York (Museum of Jewish Heritage) e Los Angeles (Simon Wiesenthal Center/Museum of Tolerance) e, em 2001, foi inaugurado o primeiro acervo europeu, no *Joods Historisch Museum* (Museu Histórico Judaico) em Amsterdam, Holanda. Além da exibição das entrevistas, o trabalho da organização compreende a criação de produtos educativos com base nos depoimentos coletados, tais como documentários, livros e CD-ROM.

⁴ Esta revista é uma publicação do Instituto Yad Vashem. Tal também foi o responsável pelo verbete "Holocausto" da *Enciclopédia do Holocausto*, uma importante publicação na área dos *Holocaust Studies*, organizada por Israel Gutman.

⁵ Nestas sucessivas ressignificações o termo "Holocausto" passa, a partir dos anos 80, a conviver com mais intensidade com a palavra hebraica "shoah". Esta é bastante utilizada na Europa, especialmente na França, o que alguns autores atribuem ao impacto do filme *Shoah*, de Claude Lanzmann. Embora nos EUA predomine o primeiro, já encontramos em vários lugares o segundo, como por exemplo na organização estudada. Nas várias entrevistas que realizei em meu trabalho de campo não consegui obter uma resposta precisa sobre a opção da Fundação Shoah por este termo, apenas respondiam vagamente que "Spielberg quis" e, ao perguntar diretamente ao cineasta, ele alegou que "os sobreviventes quiseram". De todo modo, o mero uso de um termo estrangeiro já enfatiza por si só seu caráter particularista, especialmente pelo fato de ser em hebraico, o que remete à dimensão étnica judaica, como apontamos neste movimento mais amplo identificado nos sentidos que esta palavra/evento veio adquirindo ao longo das décadas.